



DESENVOLVIMENTO
E MEIO AMBIENTE

BIBLIOTECA
DIGITAL
DE PERIÓDICOS
BDP | UFPR

revistas.ufpr.br

Camponeses e agrotóxicos na Amazônia Oriental

Peasants and agro-chemicals in eastern Amazonia

Genisson Paes CHAVES^{1*}, Sônia Barbosa MAGALHÃES²

¹ Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

² Universidade Federal do Pará (UFPA), Belém, PA, Brasil.

* E-mail de correspondência: paes.paesg@gmail.com

Artigo recebido em 22 de abril de 2020, versão final aceita em 11 de dezembro de 2020, publicado em 26 de julho de 2021.

RESUMO: Este texto analisa como uma sociedade camponesa da região amazônica, integrada à agroindústria de dendezeiro, compreende o uso e os sentidos dos agrotóxicos em seu universo social e simbólico. Por meio do trabalho de campo etnográfico buscamos compreender como e a partir de que mecanismos as lentes da sociedade camponesa da vila São Vicente, no município de Moju, no estado do Pará, tece essa relação. Veneno ou química é o nome atribuído ao agrotóxico que, embora percebido como perigoso, tem seu risco relativizado por mediações socioculturais que se interpõem entre recomendações do fabricante, cartilhas da empresa e o cotidiano da utilização. Estas também predominam no percurso progressivo do adoecimento, muitas vezes silenciado.

Palavras-chave: sociedades camponesas; agrotóxicos; agroindústria; sistemas de classificação; Amazônia.

ABSTRACT: This text analyzes how an Amazonian peasant society, integrated into the oil palm industry, makes sense and understands the use of agrochemicals within its social and symbolic universe. Through ethnographic field research we sought to understand how the peasant society of the São Vicente community, Moju village, state of Pará, weaves and constructs this relationship. Poison or chemicals are the names attributed to agrochemicals; while they are considered dangerous, their risks are relativized through socio-cultural mechanisms that are interposed between manufacturers' recommendations, company posters and daily use. These also predominate within the progressive course of sickness, which is often silenced.

Keywords: peasants societies; agrochemicals; agricultural industry; classification systems; Amazonia.

1. Introdução

A agricultura é uma atividade milenar, praticada há mais de dez mil anos pelas mais diferentes sociedades humanas. Ao longo dos anos, essa importante atividade passou por significativas transformações, especialmente a partir da chamada Revolução Verde, que possibilitou a introdução de diferentes tipos de agrotóxicos. Segundo Londres (2011), na agricultura os agrotóxicos vêm sendo utilizados de maneira intensiva há pouco mais de meio século. No contexto camponês brasileiro, essas substâncias químicas são amplamente utilizadas, seja em atividades ligadas ao agronegócio, bem como as desenvolvidas nos lotes dos agricultores familiares.

“Ele veio com o dendê, não era daqui não” é uma frase dita por uma camponesa da vila São Vicente, interior do município de Moju, estado do Pará (PA). Da janela de sua casa de madeira, a referida interlocutora de quase sessenta anos de idade e integrada à agroindústria do Grupo Agropalma, observa a silenciosa quadra de seu dendezeiro (*Elaeis guineenses*, Jacq.), localizada do outro lado do ramal, a poucos metros de distância de onde ela se encontra. E em primeiro lugar destaca a exterioridade do produto – que veio de fora –, pois ninguém ali em São Vicente o conhecia.

Este artigo versa sobre a introdução e uso de agrotóxicos na sociedade camponesa da vila São Vicente, integrada à agroindústria do Grupo Agropalma SA. Busca compreender como esta tecnologia exótica é assimilada no novo modo de produzir, considerando quem são os aplicadores, como o aplicam e como percebem, interpretam e tentam neutralizar ou reduzir os seus efeitos.

Atualmente o grupo Agropalma “é formado por duas empresas: Agropalma S.A. e a Companhia Refinadora da Amazônia; com receitas de R\$ 728 milhões em 2012, é líder no mercado de produção de óleo de dendê e destina 77% de sua produção ao mercado de produtos alimentícios” (Vieira, 2015, p. 6). A empresa é responsável por mais de 85% da produção nacional, ou seja, é a maior produtora de dendê da América Latina, dominando todo o ciclo de produção, da muda da planta ao óleo refinado, gorduras vegetais, margarina, dentre outros (Brito, 2006; Agropalma, 2015).

Na literatura socioantropológica sobre camponato na Amazônia não há referência ao uso de agrotóxicos. A primeira referência é um estudo preliminar realizado também no contexto da integração à agroindústria de dendê, no qual Chaves e Magalhães (2014) traçaram um perfil dos aplicadores e das condições de uso dos agrotóxicos. Nesse contexto, a aplicação de “veneno” é uma tarefa exclusivamente masculina e em geral realizada por jovens. Os trabalhadores são oriundos de diferentes municípios paraenses: Paragominas, Moju, Parauapebas e de outras cidades do Nordeste brasileiro que estão vivendo há décadas na comunidade Nova Paz (PA).

Neste estudo há três categorias sociais que lidam com o “veneno” nas plantações localizadas na comunidade e nas fazendas da Agropalma: os trabalhadores assalariados, os trabalhadores “agregados” e os membros da unidade de produção familiar. Isso tudo indica que muitas comunidades e vilas localizadas em áreas de monocultivo de dendezeiro, provavelmente estão passando por um processo de envenenamento, que pode implicar, além da contaminação do solo, da vegetação e da

rede hídrica, sérios agravos à saúde dos aplicadores e das famílias circunvizinhas às áreas de plantio¹.

No Brasil, desde os estudos pioneiros de Paulilo (1990) e Guivant (1994), que tratam sobre agricultores integrados ao fumo e olericultores, respectivamente, ambos no estado de Santa Catarina, outros trabalhos demonstram que os agrotóxicos fazem parte das práticas de produção, em diferentes cultivos, de norte a sul do país, e sua aplicação é uma atividade marcadamente realizada por homens. De maneira geral, os agrotóxicos são justificados como uma condição necessária para garantir a produção, ou seja, “para não ser engolido pelos grandes” (Teixeira *et al.*, 2011). São percebidos como elementos perigosos e danosos à saúde humana, pois causam diferentes tipos de doenças, como alergias, casos de depressão e até a própria morte.

Nos anos 2000, Renata Menasche estudou duas regiões com dimensões socioespaciais bastante heterogêneas, principalmente na parte centro-sul, em que se localizam as áreas mais extensas do plantio de soja, se comparadas com a outra região em que o estudo também foi realizado, a região norte do Estado do Rio Grande do Sul. Nesse contexto, a “utilização de agrotóxicos na produção agrícola é afirmada (...) não apenas como necessária, mas como condição mesmo de viabilidade da atividade” (Menasche, 2003, p. 143). Essa questão é ilustrada a partir da fala de um dos interlocutores do estudo que diz que “se não é pra passar veneno, não adianta

nem plantar” (Menasche, 2003, p. 143), sugerindo a dependência entre plantio e “veneno”.

Mais recentemente, outros trabalhos vêm tratando, de uma maneira ou de outra, sobre o tema do agrotóxico em sociedades camponesas e indígenas, recuperando aspectos apontados pelos trabalhos anteriores (Gomide, 2005; Fonseca *et al.*, 2007; Rigotto, 2011; Bombardi, 2011; 2017; Damiani, 2017; Cruz & Farias, 2017; Weihs, 2020). Diferentes sociedades ressignificam os riscos para conviver com os perigos dos agrotóxicos. Essas práticas vão desde o uso de bebidas como a cachaça e o leite que servem como espécies de amuletos, como a compreensão de que os agrotóxicos contaminam apenas algumas pessoas, geralmente, mulheres, crianças e homens considerados fracos.

Neste artigo, pretendemos mostrar, a partir das narrativas dos camponeses de São Vicente, como o agrotóxico, embora percebido como perigoso, tem seu risco relativizado por mediações socioculturais que se interpõem entre recomendações do fabricante, cartilhas da empresa e o cotidiano da utilização.

A pesquisa se baseia em trabalho etnográfico, realizado durante os anos de 2014 e 2015. Foram realizadas quatro idas a campo: a primeira ocorreu em setembro de 2014; as demais, em janeiro, março e outubro de 2015. No total, foram feitas 26 entrevistas semiestruturadas, além de algumas poucas conversas informais, cerca de 10. As entrevistas e as conversas informais foram realizadas com interlocutores cuja idade variou entre 20 e 78 anos, englo-

¹No estado do Pará, estudos realizados pelo Instituto Evandro Chagas nesta região de implantação e expansão do monocultivo de dendezeiro, mostraram a presença de agrotóxico, utilizados em áreas de monocultivo de dendezeiro, em 14 pontos de um total de 18 amostras coletadas em uma área que está situada entre os municípios de São Domingos do Capim, Concórdia do Pará, Bujarú e Acará. O local foi escolhido pela Instituição após os resultados presentes no Relatório elaborado pela Repórter Brasil, com apoio da FASE, publicado no ano de 2013 e que apontaram diversos relatos de comunidades e vilas situadas nessa região, sobre queixas de alergias, coceiras, erupções cutâneas, aparecimento de doenças em animais como patos e galinhas, dentre outros (Repórter Brasil, 2013; IEC, 2014).

bando donos de quadra de dendezeiros, membros da Associação local, camponeses não proprietários de quadras, aposentados, dentre outros. As entrevistas foram auxiliadas por observação, registro fotográfico, e caminhadas durante a manhã e ao final da tarde, visando “sentir”, de “perto” e de “longe”, a convivência dos camponeses de São Vicente com o dendezeiro e o agrotóxico introduzido a partir deste.

A Vila São Vicente foi escolhida, por um lado, por fazer parte do complexo de vilas integradas ao mais antigo monocultivo de dendezeiro implantado no estado. E por outro por já haver um acúmulo de dados no interior do grupo de pesquisa, que permitiu uma compreensão prévia das relações sociais que suportam a entrada e o uso do agrotóxico.

2. A vila São Vicente

São Vicente é uma vila rural, localizada no município de Moju, cujo acesso ocorre por meio da rodovia estadual PA – 150. A história desta vila, assim como a de Arauaí, Curuperé e Soledade começou pelo rio/igarapé São Vicente, um “braço” do rio Moju. As poucas casas ali localizadas acompanhavam os contornos do igarapé, nos quais *“havia uma casa, um comércio na beira do igarapé e [que] se chamava casa São Vicente. Era uma casa grande, bonita, diz[em] que tinha um comércio, o nome do igarapé se deve a essa casa”* (A.², 78 anos, aposentada).

Segundo essa interlocutora, a situação se transformou com a entrada dos projetos de dendezeiro. Hoje São Vicente é uma vila rural composta

por aproximadamente 52 famílias (Leal, 2013), constituída por indivíduos que majoritariamente trabalham na roça, cultivando mandioca (*Manihot esculenta* Crantz) para a produção de farinha e dendezeiro para a fabricação de óleo na agroindústria. As interações sociais são tecidas por relações face a face, seja entre os membros que compõem a vila, seja entre os indivíduos de vilas e comunidades circunvizinhas a esta. A sociedade camponesa em questão é formada por indivíduos oriundos da vila Soledade (a mais antiga do local), da comunidade Arauaí, Apeí e Curuperé, que lhes são circunvizinhas; das sedes dos municípios de Moju, Tailândia, Acará, São Domingos do Capim; de outros municípios paraenses; bem como de outras regiões do país, como do Estado do Ceará. Os grupos domésticos são formados por famílias constituídas por três a seis indivíduos.

A vila acompanha os contornos de um ramal denominado Parola, cujo nome alude a um dos prefeitos do município de Moju. O plantio de dendezeiro ladeia toda a parte norte da vila, ficando de frente para as casas. As moradias, em sua maioria são de madeira, com dois a três compartimentos, outras são de alvenaria e predominam as de apenas um andar. Algumas dispõem de sanitários com fossa séptica, localizadas dentro ou fora das residências. Outras, localizadas a dez, quinze metros da casa, são fossas negras, cobertas por telha de barro e construídas com madeira. A economia local gira em torno do dendê e do cultivo de mandioca. Em um segundo plano aparece a criação de animais, como galinhas e porcos, plantio de pequenas hortas e a extração de açaí. São Vicente é uma vila que

² Para a não identificação dos interlocutores, neste trabalho optamos por utilizar letras do alfabeto que não correspondem com as iniciais dos verdadeiros nomes.

tende ao Cristianismo católico e evangélico. Os cultos geralmente ocorrem aos finais de semana, particularmente aos sábados e domingos, nas duas pequenas igrejas localizadas no entorno do ramal.

A sociedade camponesa da vila São Vicente é integrada à agroindústria de dendê do Grupo Agropalma desde o ano de 2004, por meio do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), mediante o apoio do governo do Estado do Pará (Vieira, 2015). Reflete um processo social vivenciado por vilas e comunidades próximas a esta, como a comunidade Nova Paz, no município de Tailândia, e por diferentes sociedades, no contexto amazônico (Lima *et al.*, 2004; Sampaio, 2014; Vieira, 2015; Chaves, 2016; Ribeiro, 2016; Silva, 2016; Abreu *et al.*, 2016; Cruz & Farias, 2017; Pereira *et al.*, 2018).

A Agropalma, localizada nos municípios de Moju e Tailândia, é uma das empresas pioneiras no plantio de dendezeiro na Amazônia, cuja implantação teve início no ano de 1983 e hoje conta com mais de 45.000 hectares de dendezeiro plantado, perfazendo um total de 107 mil hectares sob seu domínio, sendo que 64 mil são de reserva florestal. Desses, 43.200 hectares localizam-se em área própria e 1.800 hectares através do plantio integrado com agricultores assentados e não assentados do município de Moju (Andrade, 2009; Silva, 2015)³. Segundo Vieira (2015), o referido Grupo vem trabalhando com o dendezeiro para a produção de óleo para a indústria alimentícia e cosmética desde o ano 2000.

O projeto de integração seguiu três etapas: a primeira teve início no ano de 2002, com o plantio de 500 hectares de dendezeiro na comunidade Arauaí (Projeto I), distribuídos em lotes de 10 hectares cada, abrangendo 50 famílias; a segunda etapa ocorreu em 2004, com a implantação de mais 500 hectares de dendezeiro na vila São Vicente (Projeto II), também distribuídos em lotes de 10 hectares cada, para 50 famílias; a terceira etapa foi implantada no ano de 2005, novamente na comunidade Arauaí (Arauaí III), com o plantio de mais 500 hectares, distribuídos em lotes de 10 hectares cada, para 50 famílias (ver mapa abaixo). Outro projeto foi implantado em 2006, no projeto de Assentamento de Reforma Agrária Calmaria II, localizado nas proximidades do KM 65, na rodovia estadual PA – 150, abrangendo uma área de 210 hectares, distribuídos em 6 hectares para cada uma das 35 famílias (BASA, 2012; Nahum & Santos, 2013; Vieira, 2015).

3. O reconhecimento e relativização do risco do agrotóxico em São Vicente

Ninguém usava, ninguém tinha conhecimento desse veneno, só foi ser conhecido através do projeto [de dendezeiro] (B., 57 anos, dona de quadra).

O uso de agrotóxico, assim como outros instrumentos e insumos, faz parte de uma das cláusulas presentes e obrigatórias no contrato de integração do Grupo Agropalma SA⁴ com a sociedade cam-

³ Sobre a implantação de agroindústrias de dendê na Amazônia, ver Silva (2015) e Nahum *et al.* (2014).

⁴ De acordo com Vieira (2015, p. 82): “A vigência do contrato é determinada pela vida útil do plantio. Pode-se supor que é de pelo menos 25 anos, aproximadamente o ciclo de produção do monocultivo de dendê, se esse não sofrer com problemas fitossanitários que possam levar à

ponesa da vila São Vicente. Antes da entrada do dendezeiro na vila São Vicente não se fazia o uso de tal substância em qualquer tipo de atividade. No discurso local o “veneno” veio com o dendezeiro. Alguns dos interlocutores disseram desconhecer o que era “veneno” antes da entrada do dendezeiro, outros conheciam o que era “veneno” devido às matérias de jornais televisivos.

Em São Vicente, “veneno” ou “química” são duas palavras utilizadas para designar o *Roundup* - nome comercial de um herbicida da Monsanto. Na linguagem de muitas sociedades camponesas, este produto é conhecido como “mata mato” e tem como ingrediente principal o glifosato. Conforme Weihs (2020, p. 146), “países europeus, como os Países Baixos, a Dinamarca e a Suécia, baniram ou restringiram o uso de glifosato”.

Perguntamos a alguns moradores em São Vicente o que eles compreendiam por “veneno”: “o que eu entendo por veneno é uma química forte que... mata!” (I., 35 anos, dona de quadra).

Eu não sei nem explicar né, sei que eu tenho medo dele, agora eu tenho medo dele, o veneno pra mim é o perigo na minha família. Pra mim não dá mais, que tem muita criança e aí por onde eu ando eles tão atrás, aí eu tenho medo dele. Agora eu não vou usar mais nunca essa merda desse veneno (C., 46 anos, dona de quadra).

Os termos “veneno” e “química” designam formas diversas de apresentação do produto: líquida e em pó, respectivamente. O “veneno” (líquido) vem em uma embalagem chamada carote⁵. A “química” (em pó) é apresentada em um pequeno saco plástico. O líquido é considerado mais perigoso, pois é mais forte, mais concentrado, devido ao fato de já vir preparado pela fabricante. Essa diferença pode ser compreendida a partir da seguinte narrativa:

(...) pra mim, modo, o líquido ele dava assim, modo um que fosse mais forte o líquido, porque a gente via que a água dele ficava mais bem traçada de que o pó dele né... a água, porque enche a coisa [a bomba] de água aí derramava aí dentro né, a gente via que a água ficava mais forte de que mesmo o pó quando era no começo que vinha aqueles pacotes. Assim o sistema dele, achava a grossura dele, sabe? Porque não tem o limite? Fica fino, fica grosso? Eu achava que ele ficava, o líquido ele ficava mais apurado quer dizer assim mais forte, sabe? (B., 57 anos, dona de quadra).

O granulado ou em pó é visto como mais fraco, pois pode ser misturado com a água, segundo a vontade do aplicador, que pode diminuir sua potencialidade, isto é, sua força de ação, e, conseqüentemente, o dano que pode causar no que for aplicado. A água, nesse sentido é o fator que controla seu poder. O “veneno”, líquido, ao contrário, já vem “na medida certa” e apesar de também ser misturado com a água, não perde sua força. É também o “veneno”

falência do monocultivo”. E em uma das cláusulas deste contrato são discutidas as obrigações dos camponeses integrados, os quais são representados pela Associação Comunitária. Nesse sentido, cabe aos agricultores integrados: “Efetuar a limpeza e a conservação dos plantios de dendê, devendo estar em boas condições de colheita e de escoamento da produção, ou melhor, os camponeses devem implementar as técnicas de manutenção previstas no protocolo de produção; (...) O camponês deve informar à empresa qualquer alteração que notar no monocultivo ou que possa prejudicar o monocultivo e a produção, seja de caráter: a) ambiental, por exemplo, o esgotamento do solo; b) de caráter fitossanitário a incidência de espécies indesejadas ou aparecimento de doenças na palmeira, c) operacional que diz respeito ao conhecimento das práticas previstas no protocolo e à disponibilidade da força de trabalho necessária”. (Vieira, 2015, p. 85-86).

⁵ Variante utilizada no estado do Pará para o termo carote.

que possui o “cheiro mais forte”. E esse cheiro forte é um dos elementos que os camponeses de São Vicente utilizam para atestar o argumento de que é o “veneno” mais poderoso.

A escolha do tipo de “veneno” a ser utilizado, não depende da vontade dos camponeses de São Vicente, já que eles não podem optar pelo líquido ou pelo em pó. Quem decide o tipo, se líquido ou em pó é a empresa.

Logo que eles [os fiscais da Agropalma, responsáveis por trazer os materiais necessários aos tratamentos culturais] começaram a mandar, eles mandavam numa embalagem grande né, [uma espécie de] balde de 20 litros aí depois eles mudaram pra umas garrafas (...) garrafa pet, mais alta um pouco, eles foram mandando, aí depois da garrafa, já veio em sacola, aí fica mais fácil pra pessoa não utilizar né (I., 35 anos, dona de quadra).

Cabe observar que embora a maioria das pessoas considere que haja evidente diferença entre o “veneno” (líquido) e a química (pó), uma interlocutora disse que “eu acho que não! Tudo é veneno né?” (I., 35 anos.). Na concepção local, o “veneno” é um produto que faz bem para a planta:

Porque jogou lá [no dendezeiro], queimou aí mata aquele capim... aquele cipó que tá subindo na planta né, aí mata e ela [o dendezeiro] tem como subir, crescer bonita, mas pra eles [para os trabalhadores] faz mal porque eles não usavam luva, capacete, nem a máscara né, não usavam nadinha disso e aí pra planta era bom, mas pra saúde deles fazia mal (I., 35 anos, dona de quadra).

O perigo do uso é, portanto, relativizado pelos camponeses de São Vicente que compartilham a visão de que o “veneno” para o dendezeiro não

faz mal, pelo contrário, ajuda a planta a crescer e a ficar bonita, livrando-a do mato e de cipós que podem comprometer seu crescimento. Já para o ser humano, o “veneno” carrega uma negatividade, pois é um elemento prejudicial e que pode comprometer a saúde do trabalhador, que deve ter cuidado com o produto, não o deixando cair em qualquer parte do corpo.

3.1. As categorias alusivas ao “veneno” ou às diversas formas de risco

Identificamos um léxico de categorias alusivas ao agrotóxico: a “catinga”, a “fortidão” e o “sereno”. A “catinga” diz respeito ao cheiro do “veneno”, aquilo que fica no ar e que contamina quem estiver por perto. É, portanto, um cheiro que “é forte que só a catinga!”, por isso, os camponeses de São Vicente acreditam que “só com a catinga, a gente pega o veneno” (D., 59 anos, dono de quadra). Na prática, essa categoria sugere não apenas que o “veneno” exala um odor que lhe é característico, mas que a contaminação de pessoas pode ocorrer por aspirar o ar – esse odor que sai do “veneno” – e não necessariamente apenas por um contato direto com o produto. Subjaz aqui, uma clara analogia com o termo catinga dicionarizado em Aurélio (2010) – relacionado ao cheiro forte e desagradável que exala do corpo humano suado ou pouco limpo.

Outra categoria é a “fortidão”, um termo também associado ao cheiro do “veneno” e que lhe dá ênfase: um cheiro forte, que não se deixa desperceber, que chama a atenção de quem estiver às proximidades do local em que o “veneno” é aplicado. Segundo um dos moradores da vila São Vicente “o cheiro dele [do veneno] é o cheiro

forte, cheiro de veneno pra ser sincero se tu tiver sem máscara, lógico que tu vai perceber o cheiro dele, sentir o cheiro do veneno” (K., 49 anos, dono de quadra). Poder-se-ia dizer, que não é um odor ou uma “catinga” qualquer. É uma “catinga” com “fortidão” – algo que é forte, violento.

Ademais, o odor do veneno é tão forte que decorridos alguns dias após a aplicação, as pessoas que transitavam pelo lugar sentiam *“aquela fortidão horrível”* (C., 46 anos, dona de quadra), o que fazia com que as pessoas acreditassem que o “veneno” permanecia no lugar. A narrativa a seguir faz referência a essa compreensão:

Eu acho que a fortidão do veneno continua ali né, naquele setor onde foi jogado o veneno e por isso que eu te falei, é proibido cara, é proibido a gente passar lá só depois de 15 dias, porque eu acho que durante aquele período de 15 dias o veneno deve tá lá com aquele cheiro forte, com aquele cheiro... (K., 49 anos, dono de quadra).

O “sereno”, outra categoria associada ao “veneno”, é definido como gotículas que ficam no ar quando a aplicação ocorre. Essas gotículas andam conforme o vento e são a manifestação do “veneno” que fica no ar e, por isso, pode contaminar os indivíduos, o solo e subir para as nuvens e descer em forma de chuva. Evoca o sentido de orvalho que se precipita contaminando. Tanto a “fortidão”, como a “catinga” e o “sereno”, ajudados pela força dos ventos, fazem com que o “veneno” circule pela vila São Vicente, causando o adoecimento das pessoas.

De fato, estas categorias representam uma maneira de identificar e de se pensar os agrotóxicos e denotam como os camponeses se apercebem do

alto grau de risco – é algo que está no ar, que se transmuta em gotículas e entra pela respiração e pelos poros. Portanto, parece haver uma espécie de saber silenciado sobre o risco, cuja aceitação, conforme trataremos a seguir, passa a ser mediada pela capacitação. Como observou Douglas & Wildavsky (2012), as sociedades humanas selecionam determinados riscos e criam justificativas aceitáveis socialmente para se conviver com eles. É por esta mediação que os agrotóxicos se impõem na chamada agricultura moderna e é retraduzindo que os camponeses de São Vicente embarcam na carroceria desta história.

3.2. Os aplicadores de “veneno”, apetrechos e uso

A aplicação de agrotóxicos é um marcador social que discrimina quem pode ou não pode aplicar e que também estigmatiza os aplicadores. No estudo realizado por Chaves & Magalhães (2014) em Nova Paz, no município de Tailândia (PA), cujo universo social e simbólico é muito próximo ao de São Vicente, pode-se perceber que a aplicação de agrotóxico é uma atividade marcadamente masculina, realizada por pessoas jovens, quase sempre sem a utilização de equipamento de proteção individual (EPI) e onde a aplicação ocorre em horários que geralmente divergem dos estabelecidos pelas normas técnicas sobre aplicação e manuseio.

Em São Vicente, a aplicação de agrotóxicos é também uma atividade exclusivamente masculina, normalmente realizada por pessoas com idades que variam entre 28 e 59 anos, o que diverge um pouco de Nova Paz, pois lá, como visto por Chaves &

Magalhães (2014), jovens com menos de 18 anos, aplicam agrotóxicos⁶. A aplicação de agrotóxicos é realizada pelos próprios proprietários de quadras de dendezeiros ou por outros membros da unidade familiar. Quem é proprietário de quadras de dendezeiro geralmente realiza a aplicação apenas na própria quadra, ao passo que outros, além de aplicarem nas suas próprias quadras, também são solicitados para realizar o processo de aplicação em outras.

A aplicação não é um trabalho especializado em São Vicente. Esta é uma atividade integrante da produção. Dos interlocutores que trabalham nesse tipo de atividade, apenas dois aplicam “veneno” nas quadras de outros proprietários de dendezeiro; os demais aplicam apenas nas suas próprias quadras. Quem é requerido para a aplicação de agrotóxico geralmente trabalha e recebe por bomba aplicada. A aplicação se dá mediante o convite do proprietário e no dia combinado o aplicador se dirige ao local e realiza a tarefa. O pagamento é em moeda.

Logo que chegaram os agrotóxicos na vila São Vicente as pessoas realizavam a aplicação da maneira que julgavam correta. Dirigiam-se aos locais de aplicação trajando bermudas, sandálias, outros com roupa de trabalho, ou seja, roupa utilizada na roça, como calça comprida e camisa manga curta e fina. Na véspera da aplicação o aplicador enchia alguns recipientes de plástico, como baldes e tambores, com água do igarapé e deixava-os em um local situado dentro da quadra de dendezeiro. No dia da aplicação, o aplicador pegava a água e a misturava dentro da bomba com determinada quantidade de “veneno”. O “veneno” era misturado com um pedaço de pau e muitas vezes, com as próprias mãos

do aplicador, quando este enfiava o braço dentro da bomba e mexia a mão através de movimentos circulares, fazendo com que os ingredientes se misturassem. A mistura também poderia ocorrer apenas pelo sacudir da bomba.

Depois de realizada a mistura, o aplicador colocava a bomba nas costas, com ou sem o auxílio de uma pessoa que durante a atividade poderia auxiliá-lo. Essa pessoa que o auxiliava era algum membro da unidade familiar, como irmãos ou a própria esposa. Então, com a bomba nas costas, o aplicador segurava o jato da bomba com a mão direita e aplicava *veneno* na puerária (*Pueraria phaseoloides*), realizando a coroa, isto é, um círculo de “veneno” em volta ao “pé” do dendezeiro. Quando a puerária estava alta, muitas vezes, o aplicador se inclinava para jogar o “veneno” para cima, o que fazia com que os resquícios da “química” caíssem no seu rosto, demais partes do corpo e na sua vestimenta. Outros tentavam não jogar o jato com “veneno” para cima. Na prática, consistia em uma tentativa de se prevenir ou de evitar o contato com as gotículas ou o sereno de “veneno” que logo voltavam para baixo e poderiam atingir o aplicador. O processo de aplicação é ilustrado na narrativa a seguir:

Olha, quando ele [o marido] ia colocar, ele acordava 5 horas, ele ia, colocava água pra lá [se referindo à quadra de dendezeiro] de véspera né, aí cinco horas levantava pra fazer um copo de leite, tomava porque tem que tomar diz-que antes um leite por causa de não prejudicar o pulmão diz-que eles [os moradores de São Vicente] falavam né! Logo antes do curso eles (os moradores da vila) falava(sic), tem que ir no... não podia tomar café, mas tinha que tomar um copo

⁶ Em São Vicente, pelo menos durante o período de campo, não presenciamos qualquer pessoa com menos de 18 anos de idade trabalhando na aplicação de agrotóxico e nenhuma situação foi relatada.

de leite (...) Levantava 5 horas se ajeitava tudo e ia embora porque 6 horas, 7, até as 8:30 ele já tinha que tá lá dentro borrifando aí chega lá derrama água pra dentro da bomba derrama o veneno e agita ela pra misturar água no veneno, aí põe na costa e... (I., 35 anos, dona de quadra).

Ao percorrer as linhas de dendezeiro⁷, muitas vezes o movimento da locomoção fazia com que o aplicador fosse atingido por “veneno” que escorria da bomba. Geralmente a aplicação ocorria em qualquer horário do dia e contra o vento, o que fazia com que o “veneno” fosse jogado no corpo do aplicador. A pessoa que seguia o aplicador durante o serviço, também recebia uma parte do “veneno” jogado, seja por causa do vento, seja porque esbarrava na puerária. As regras contidas nos manuais de aplicação informam que depois de realizada a aplicação fica proibido o trânsito de pessoas no local, pois o não cumprimento dessa norma poderia provocar uma possível contaminação dos indivíduos. Mas isso, seja por um inicial desconhecimento da parte dos agricultores ou mesmo por ser algo que no âmbito da lógica camponesa é visto como desnecessário, exagerado, nunca foi cumprido.

De maneira diferente da maioria das pessoas que trabalhavam na aplicação de “veneno”, um interlocutor disse que sempre aplicou “veneno” de maneira bastante cuidadosa. Ao receber as embalagens com “veneno”, lia os rótulos e o pequeno encarte. Tanto no rótulo como no encarte, *“não vem aqueles desenhos, aquela cabeça, aquela caveira?”* (J., 46 anos), são informações que se referem à classificação do tipo de agrotóxico – se era herbicida, fungicida etc. – e como o aplicador

deveria proceder durante a aplicação. O interlocutor também disse que a maioria das pessoas que aplicavam “veneno” não liam as informações no rótulo das embalagens e que muitos *“jogavam o papelzinho contendo informações sobre o veneno”*.

Ao que parece, os rótulos contidos nas embalagens não tinham relevância dentro do contexto social de São Vicente, pois no geral, não eram lidos ou quando lidos, as suas recomendações não eram valorizadas e/ou eram interpretadas de maneira diferente do seu propósito. Isso, certamente, põe em xeque a validade e o sentido desses símbolos, ditos como universais (Tourneux, 1994). Perguntamos a uma interlocutora sobre quais eram as informações contidas no rótulo do “veneno” e ela forneceu a seguinte narrativa:

É, vem escrito que a gente não pode utilizar aquela embalagem um monte de coisa... a gente não grava tudo né... mas tinha muita gente que pegava o balde, vinha num balde grande assim... Depois que terminava ficava utilizando aquele balde, mas lá no balde sempre vinha indicando que não podia mais usar aquela embalagem, não podia deixar ao alcance das crianças, próxima a pele, o contato da gente (I., 35 anos, dona de quadra).

Conforme mencionado, apenas J. colocava um pequeno pano para cobrir a boca e as vias aéreas, trajava-se de calça e camisa de mangas compridas e utilizava um avental, que funcionava como uma “capa de proteção contra os respingos do veneno”. Ao fazer a mistura do “veneno” com a água dentro da bomba, já estava com o pano que cobria a boca e as narinas, no sentido de evitar respirar a fortidão do “veneno”. Perguntamos se J. havia recebido algum

⁷ Linha faz referência ao posicionamento dos pés de dendezeiro que durante o plantio, foram todos postos de uma forma linear, de modo a permitir a posterior entrada dos tratores para a coleta dos cachos de dendê.

tipo de orientação por parte da empresa ou de outra pessoa para usar o pano e ele disse que “*Não, aquilo [o pano] já foi uma ideia minha porque falaram que [o veneno] fazia mal*” (J., 46 anos, dono de quadra).

As roupas que utilizava eram por ele lavadas no igarapé São Vicente e os recipientes vazios eram queimados nas quadras de dendezeiro ou enterrados ali mesmo, atitude também similar entre os agricultores do município de Tartarugalzinho, localizado no Estado do Amapá (Abreu *et al.*, 2016), no que se refere ao destino das embalagens de agrotóxicos. De modo geral, o “veneno” era aplicado sem a utilização de EPI, sem quaisquer recomendações técnicas e, conforme mencionando, sem o respeito necessário aos horários recomendados, pois muitos jogavam “veneno” no horário que achavam pertinente. O “veneno” não era visto como algo danoso e que poderia comprometer a saúde do aplicador e de seu auxiliar de aplicação. Por ser assim, era manuseado de qualquer forma.

Entre os agricultores da região de Alta Floresta, localizada no Estado de Mato Grosso “o uso de EPI é também dispensado pelos agricultores (...), que reclamam da dificuldade de se adaptar a vestimentas que, segundo eles, são produzidas para serem usadas em outros ambientes, diferentes das condições de alta temperatura e umidade da Amazônia (Weihs, 2020, p. 147). Atitude similar a esta também é recorrente entre os agricultores da zona rural do município de Terra Nova do Norte, no Estado do Mato Grosso, os quais “aplicam fungicidas sem o uso de equipamento de proteção individual, pois alegam desconforto e acreditam que a exposição menos frequente oferece menos risco (Mello *et al.*, 2015, p. 96).

A bomba de aplicação de “veneno” era adquirida nas denominadas casas do campo ou do agricul-

tor, estabelecimentos agrícolas localizados na sede do município ou em outras cidades, como Tailândia e Abaetetuba. Os indivíduos que não possuíam bombas de aplicação de “veneno” emprestavam de seus vizinhos, prática esta ainda comum. Assim como os agricultores do município de Tartarugalzinho, localizado no Estado do Amapá (Abreu *et al.*, 2016), os camponeses de São Vicente trabalham com pulverizadores costais manuais – a chamada bomba – não fazendo a manutenção necessária dos equipamentos que manuseiam.

Os agrotóxicos, ao chegarem à vila São Vicente, eram guardados na própria residência dos moradores, na cozinha, atrás da porta, na casinha de materiais de trabalho ou mesmo dentro das quadras de dendezeiro. Quando eram guardados nas quadras de dendezeiro, os recipientes eram colocados embaixo de folhas e paus, onde ficavam escondidos e protegidos do sol e da chuva. Alguns interlocutores chegaram a relatar o furto de “veneno” quando estes eram guardados dentro das quadras. Também relataram que depois de lavadas, as embalagens de agrotóxicos eram reutilizadas para o armazenamento de água e para colocar gasolina.

Conforme a narrativa de uma interlocutora de São Vicente, as pessoas “*utilizavam muito (as embalagens)! Muita gente mesmo por aqui pegava aquela embalagem e utilizava*” (I., 35 anos, dona de quadra). A referida moradora disse-nos que esses indivíduos “*tiravam (...) a boca (da embalagem) e guardavam a farinha, guardavam a água, armazenavam a água, muita gente por aí usava assim*” (I., 35 anos, dona de quadra). A reutilização das embalagens de agrotóxicos também foi constatada por Mello *et al.* (2015), junto aos agricultores da zona rural do município de Terra Nova do Norte, no Estado do Mato Grosso.

Nesse sentido, muitos camponeses da vila São Vicente dirigiam-se às quadras de dendezeiro e levavam consigo as embalagens cheias de água para beber nos intervalos das atividades que realizavam. As embalagens tipo sacola eram queimadas, bem como as de tipo carote, nas próprias quadras de dendezeiro, pois nem todos os moradores reutilizavam os carotes para quaisquer finalidades. A bomba e os apetrechos eram lavados dentro do próprio igarapé pelo próprio aplicador ou por sua esposa. As vestimentas utilizadas durante a aplicação geralmente eram lavadas a mão ou em máquina de lavar, juntamente com outras roupas de trabalho, pelas esposas dos aplicadores ou por suas filhas. Conforme uma das narrativas:

[A roupa] era eu mesma que lavava, [quando] ele [marido] chegava eu tava batendo roupa, aproveitava [e] jogava na máquina, tirava as outras roupas né?” [eu] “batia separado [pois], roupa de trabalho a gente sempre bate separado né? Ai batia a roupa dele lá na máquina [Batia separado] por causa do veneno, e a roupa do trabalho porque vem de lá do campo né, [e] a gente lava separado”. [Depois coloca] “junto com as outras tava assim um monte na corda, pega um pedaço de corda e estende (L., 35 anos, dona de quadra).

Depois de lavados, a bomba era guardada no retiro de farinha ou em outros locais, como na casinha de instrumentos de trabalho ou mesmo na própria residência. As vestimentas eram colocadas no varal, localizado perto da residência e posteriormente guardadas juntamente com as demais roupas da casa.

A percepção de que o agrotóxico faz mal não é imediata, ela vem com o tempo e ocorre principal-

mente quando acontecem os cursos de capacitação para trabalhar com o *Roundup*.

3.3. O uso do “veneno” pós-capacitação ou o mito das regras

Os camponeses de São Vicente referem-se aos cursos de capacitação denominando-os *curso de química*. Estes são mencionados como um rito de passagem entre a ignorância e o reconhecimento de seus riscos. As narrativas sobre este curso evocam a valorização atribuída ao novo conhecimento, e, sobretudo, à plena capacidade que dizem ter adquirido para viver no mundo ao qual acabaram de adentrar: o mundo do risco/perigo que passa a ser relativizado pela ótica camponesa.

O curso denominado de capacitação e manuseio de agrotóxicos durou 40 horas, foi ofertado pela Agropalma, mas pago pela Associação dos Agricultores da Vila São Vicente. Foi realizado no barracão desta Associação, localizada na vicinal Parola e foi ministrado por técnicos do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (SENAR). Nos relatos dos interlocutores, foi ensinada, por meio de cartilhas, textos fotocopiados, palestras, vídeos e apresentações em *PowerPoint*, a forma correta de manipular e manusear os agrotóxicos. Dessa forma, os instrutores ensinaram sobre os tipos de agrotóxicos, como os mesmos se classificam, podiam ser manuseados, misturados, aplicados, transportados, armazenados e guardados.

Há uma espécie de unanimidade em afirmar o desconhecimento do risco do agrotóxico. No entanto, todos afirmam que sabiam que ele era “veneno”, mas não da forma que viram nos cursos de capacitação que participaram. Após e durante esse curso, os

moradores conversavam entre si, trocavam impressões, relatavam casos de envenenamento que seus pares, locais e de vilas adjacentes a São Vicente, estavam passando. Essas conversas geravam muitas especulações, pois muitos casos de adoecimento eram atribuídos aos agrotóxicos e o medo, de certa forma, tomava conta do imaginário local. Foram esses cursos e essas conversas que contribuíram para que agricultores de São Vicente que trabalhavam diretamente com os agrotóxicos, deixassem de usá-lo ou demandassem a outra pessoa.

Eu aprendi uma coisa que eu estava fazendo na coragem e não sabia que era tão prejudicial pra saúde da gente. Inclusive tem pessoas aqui nossas que tem problemas com esse negócio de química. É por causa que a gente trabalhava sem o material completo pra gente trabalhar. Trabalhava sem luva, sem calça, sem bota, a calça própria, porque tem a calça própria, sem máscara, sem nada. A gente jogava aí na doida, do jeito que dava. Aí depois que eles foram fazer as análises todinhas que eles foram ver que fazia mal pra gente e aí... tem pessoas nossas que já deu problema com esse negócio aí (J., 46 anos, dono de quadra).

Com a chegada dos cursos de aplicação de agrotóxicos os aplicadores passaram a utilizar o EPI, constituído pelos seguintes apetrechos: viseira facial, respiradores, botas, luvas, avental e calça comprida. Muitos indivíduos deixaram de aplicar “veneno” devido aos riscos que poderiam correr, e outros, mesmo sabendo de um possível agravante à saúde, continuaram a atividade de aplicação, inclusive, sem seguir as recomendações sugeridas pelos técnicos dos cursos.

Portanto, na vila São Vicente há duas condutas em relação ao “veneno”. Continua sendo aplicado nos plantios de dendezeiro e, por alguns poucos

indivíduos, na roça de mandioca, no açazeiro, na pimenta do reino e nos quintais das residências, no intuito de matar mato. Já outros moradores preferem não utilizar o “veneno” e evitar o contato.

J., sempre precavido, acredita que os vizinhos “ficaram com medo de morrer, depois que eles foram vendo o resultado aí eles ficaram com medo”. (J., 46 anos, dono de quadra). Por isso, “Não, não, não jogo e nem mando porque eu não quero comprometer a saúde dos outros” (J., 46 anos, dono de quadra).

Alguns dos interlocutores, por exemplo, substituíram o agrotóxico utilizado nos plantios de dendezeiro por terçado ou roçadeira manual. “Nós deixemo [de usar veneno], não joguemo mais veneno, agora só usa a roçadeira mesmo, só pra fazer coroa e usava veneno né, agora nós não usa mais” (C., 46 anos, dona de quadra). É por isso que hoje em dia “(...) eu faço o coroamento no terçado mesmo... é porque o meu já é desde 2002 e o mato já está fraquinho já, quando não eu uso a roçadeira, até minha roçadeira eu vou vender que atorou meus dedos e eu não quero mais, quebrou a lâmina e cortou meus dedos” (J., 46 anos, dono de quadra).

Apesar da maioria dos donos de quadra ter abandonado a atividade de aplicação de química, há outras pessoas que continuam aplicando “veneno”. E na busca nativa para o controle sobre os riscos do “veneno”, desenvolveram um produto para aumentar a sua eficácia e diminuir a quantidade. Trata-se do que chamam de “cola” – uma mistura de óleo diesel e/ou sabão em pó que tem por objetivo fixar o “veneno” no mato que compete com o dendezeiro e, assim, matá-lo de forma mais eficaz. A cola é também uma forma de concentrar o “veneno”, para que ele não voe. É, portanto, o elemento que fixa o potencial de evaporação do orvalho, para que o

“sereno” e a “fortidão” não se propaguem. Nesse sentido, a cola impede que o veneno “ande” pela vila São Vicente. De certa forma, isso sugere uma continuidade na forma de como esse tipo de atividade ocorria. J. acredita que *“as pessoas não estão nem aí, não se preocupam, não procuram saber com o que estão mexendo”*, por isso, aplicam “da forma que bem entendem” (J., 46 anos, dono de quadra).

Por outro lado, acredita-se que o igarapé São Vicente esteja contaminado, seja porque lá se joga muito lixo, seja porque lá se lavam sacolas que armazenam adubo – para colocar farinha e lixo, seja porque acreditam que a chuva leva o “veneno” dos dendezeiros para lá. Mas, mesmo acreditando que o igarapé está contaminado e reconhecendo que a sua água é ruim e de pouca qualidade, tomam banho quando está muito quente ou quando falta água no local.

Em uma vila agrícola do município de Tailândia, na sub-bacia do Turiaçu:

Na sub-bacia do Turiaçu, os agricultores fazem uso do rio apenas para lavar roupa e tomar banho, pois observaram que há períodos em que a água está escura, estando normal em outros. Acreditam que a água escureça no momento que a empresa aduba o plantio, e que o adubo e agrotóxicos sejam levados pela chuva para os rios. O rio hoje se encontra abandonado, pois a insegurança para o uso das águas é real entre os agricultores (Cruz & Farias, 2017, p. 98).

Essa narrativa é reforçada por Nahum & Santos (2013, p. 72):

Os dendezaís localizam-se predominantemente nas proximidades ou são cortados por cursos d’água, igarapés, rios, lagos. (...) os produtos químicos usados nos plantios acabam por ser carregados pelo processo

de lixiviação que ocorre na região ou pelo processo de infiltração, para dentro desses corpos líquidos. O resultado de tudo é a configuração dos dendezaís como áreas de risco ambiental em função da possível contaminação dos recursos hídricos, comprometendo a saúde das comunidades tradicionais do entorno que utilizam dessa água.

O que se pode constatar é que na mesma sociedade em que se reconhece o risco, e valoriza-se o conhecimento das regras transmitidas, encontram-se carotes e bombas, “veneno” em líquido e em pó não apenas no trabalho lá da quadra do dendezeiro, mas no cotidiano: na casa de farinha, no galinheiro, na cozinha, ao lado da enxada que capina a mandioca, na sombra fresca que sinistra e silenciosamente embala as conversas de fim de tarde de São Vicente. Isto sugere supor que o conhecimento das regras não se traduz linearmente em práticas. Há outros condicionantes socioculturais que se interpõem nesta passagem. O que parece certo, todavia, é que os camponeses apreenderam o discurso que atribui o risco a uma ignorância nativa superável pelo novo conhecimento que lhes orientaria em novas condutas que anulam/anularão o perigo existente no mundo moderno.

3.4. *As experiências de contaminação*

Conforme se poderá observar, há um certo grupo de sintomas: irritações cutâneas, desmaios, mal-estar, de inchaços pelo corpo, morte – que são localmente atribuídos aos agrotóxicos utilizados e que guardam correlação com as suas características: “catinga”, “fortidão” e “sereno”. Por outro lado, é comum certo comedimento quando se fala sobre estes casos. Todos eles são tratados como suposi-

ções e como em outros contextos parece ter havido dificuldades para o reconhecimento médico do diagnóstico (Silva, 1998; Bombardi, 2011; Rigotto, 2011; Londres, 2011; Teixeira, 2014; Damiani, 2017; Weihs, 2020).

Em São Vicente acredita-se que a Agropalma foi injusta com eles, pois não informou os reais perigos que a atividade de aplicação de “veneno” oferecia. Essa visão também foi identificada por Chaves & Magalhães (2014) na comunidade Nova Paz. Tanto na vila São Vicente quanto em vilas próximas, há relatos sobre os efeitos do “veneno”.

A) Relato sobre a morte de um agricultor da vila Apeí, integrado ao projeto de dendezeiro:

(...) A qualidade dele mudou, ele não era muito moreno, ele era mais claro que eu, ele ficou negro, a qualidade dele, o corpo dele todinho e aí ele inchou muito e a barriga dele cresceu aí o médico, (...) os filhos dele me falaram que o médico tirava muita água de dentro dele, inclusive eu fui visitar ele no hospital, [ele] estava com a sonda pra tirar água, tinha dia que ele tirava 6,7 litros de água. O médico tirava, quando ele colocava de novo já tinha aumentado aquela água. Foi por isso que a barriga dele ficou grande... (B., 57 anos, dona de quadra).

B) Relato sobre duas crianças, de cinco e seis anos de idade, filhas de um casal de donos de quadra de dendezeiro da vila São Vicente, que adoeceram em razão da convivência com os apetrechos do “veneno”. Além das duas meninas, posteriormente, o pai também adoeceu. Essa família vivia em uma pequena casa, construída dentro de umas das quadras de dendezeiro, pois como dito acima, muitos camponeses vieram para São Vicente por causa do projeto de dendezeiro e como não tinham um lugar

apropriado para estabelecer residência, construíram suas casas dentro das quadras de dendezeiro:

A mãe delas se mudou logo pra cidade de Moju. Quando ela viu que a febre não passava eles pensavam que era febre normal que dava, eles ficavam dando remédio, passava hoje, amanhã dava e era assim, e as meninas brincavam, mas pertinho, eu ainda cheguei a ver as meninas ainda... você jurava que elas não tinham nadinha. Aí foi que ela viu que não passava [a febre], ela foi pro Moju. Nesse passar dessa semana que os médicos foram repetir outros tipos de exames, aí que foram descobrir... [que se tratava de uma possível contaminação por agrotóxico].

O [pai dessas meninas] borrifava aí perto da casa [e] acabava indo pra dentro do quarto onde as meninas dormiam... era a bomba e os material aí ele afeta a pessoa até na respiração. A bomba aqui que dormia no quarto delas, porque a divisão do quarto das meninas era com dele né, então ele achou que afetou primeiro as meninas, quando acaba tava as meninas e ele, só que ele custou a fazer o tratamento dele, ele descobriu logo o das meninas porque fizeram vários tipo de exames não atestava outra coisa, aí atestou o veneno aí não ligou, só que ele vinha sentindo os sintomas já diferente das meninas. (J., 46 anos, dono de quadra).

C) Casos de morte:

Aham, já morreu dois senhores, diz-que o diagnóstico que eles tiveram dos médicos foi que o pulmão deles tava muito comprometido por causa da química (I., 35 anos, dona de quadra, conversa realizada em 22.08.2015).

Já teve dois casos de pessoas bem idosas aí que já morreram diz-que por causa disso [e] que eles começaram ali no projeto 1 né e eles não tiveram estrutura nenhuma, não tinha EPI, não trabalhavam com EPI e não tinham aquela experiência se fazia

mal ou não, eles achavam que só fazia o bem pra planta e não fazia danos nenhum pra eles, aí diz-que já morreu duas pessoas com esses sintomas, o pulmão poluído por causa desse veneno (I., 35 anos, dona de quadra).

Embora haja muito comedimento ao falar sobre os casos de adoecimento e morte, quem trabalhou na aplicação informou sentir dor de cabeça, cansaço, tontura, cheiro forte advindo do “veneno” e alguns mencionaram prejuízos à visão.

4. Considerações finais

Este é um estudo sobre transformações sociais, no sistema de produção, classificação e, portanto, no modo de viver, que exemplifica um processo social vivenciado por muitas outras sociedades amazônicas que estão passando por processo similar. Os agricultores da sub-bacia do Auiaçu (Vila dos Crentes), localizada no município de Tailândia, Estado do Pará, declararam “que com a chegada do agronegócio de grãos sentem que a temperatura aumentou, muitas vezes sentem um odor forte no momento em que a empresa está aplicando “veneno (fala dos agricultores)” (Cruz & Farias, 2017, p. 98). Já os agricultores familiares da microrregião de Cacoal, no estado de Rondônia, têm percebido graves consequências causadas pelo uso dos agrotóxicos, não só para a saúde das pessoas da região, mas para o ambiente e para a biodiversidade (Pereira *et al.*, 2018).

De modo geral, os camponeses da vila São Vicente continuam trabalhando na aplicação de “veneno” no dendezeiro e na roça. No referido contexto o “veneno” tem um marcador temporal que é o curso de capacitação de “veneno”. Pelo que se pôde inferir, a partir desse curso os camponeses come-

çaram a fazer uso do discurso de que o agrotóxico traz riscos, mas esses riscos são controláveis a partir da utilização de determinadas regras. Há, portanto, uma ampla valorização deste evento, mas não há correspondência nas práticas dos agricultores, pois a maioria dos indivíduos porta o discurso de que deixou de aplicar agrotóxico, no entanto, as situações encontradas em campo, refletem o contrário.

Ademais, parece haver uma propriedade no “veneno” que é sua ambiguidade que se expressa no lado positivo, para a planta, e negativo, para o ser humano. Essa ambiguidade, de certo modo, aparece sob a forma de uma inexorável relação com o “veneno”. Denota, portanto, no sentido proposto por Douglas (2014), uma “pureza” e ao mesmo tempo, um “perigo”, reconhecidos e compartilhados socialmente pelo grupo, como lados complementares e opostos de uma mesma situação. Pois é bom para a planta, ou seja, é positivo para seu pleno desenvolvimento, “para que ela cresça bonita”. Por outro lado, paira sobre o “veneno” um perigo, que se corporifica no medo de se contaminar, de “pegar o mal” contido numa substância que é vista e sentida pelo corpo, através da pele que sente seu toque e das narinas que se apercebem do veneno invisível e que anda pela vila, seja através dos ventos, seja por meio das chuvas. Ou seja, ao mesmo tempo em que os camponeses de São Vicente reconhecem o risco e o discurso das regras, não há como evitá-lo, no mínimo apenas desenvolver soluções próprias para lidar com essa ambiguidade. Na prática, estas categorias expressam formas de se pensar os agrotóxicos e denotam como as sociedades camponesas se apercebem do alto grau de risco. Portanto, parece haver uma espécie de saber silenciado sobre o risco, cuja justificação passa a ser mediada pela capacitação para o uso do “veneno”.

Essa pesquisa fornece subsídios para se pensar como o agrotóxico entra no mundo camponês, mostra como o discurso produzido na sociedade ocidental sobre o controle do risco do agrotóxico é relativizado no mundo camponês e como a contaminação vai se espalhando por entre quadras e roças, casas e barracões, vilas e igarapés.

Referências

- Abreu, V. S.; Correia, R. G.; Neves, R. L. P.; Senado, J. A. V.; Silva, E. J. S. da. O uso de agrotóxicos nas propriedades de agricultores familiares do município de Tartarugalzinho, estado do Amapá. *Cadernos de Agroecologia*, [S.l.], 10(3), 2016. Disponível em: <<http://revistas.aba.agroecologia.org.br/index.php/cad/article/view/17274>>. Acesso em: 06 dec. 2020.
- Agropalma. *Relatório de Sustentabilidade*. Disponível em: www.agropalma.com.br/relatorio-de-sustentabilidade-2013.asp. Acesso em: 20 jun.2015.
- Andrade, L. C. *Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel (PNPB)* – Possibilidades e limites do desenvolvimento econômico e da inclusão social para a agricultura familiar na Amazônia: o assentamento Calmaria II, Moju (PA). Belém, Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Sustentável do Trópico Úmido) - UFPA, 2009.
- Aurélio: Dicionário da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Editora Positivo, 2010.
- Banco da Amazônia. A experiência do Banco da Amazônia com projetos integrados de dendê familiar. *Revista contexto Amazônico*, 5(22), 1-8, 2012.
- Bombardi, L. M. Intoxicação e morte por agrotóxicos no Brasil: a nova versão do capitalismo oligopolizado. *Boletim Data Luta*, 45, 1-21, 2011. Disponível em: http://docs.fct.unesp.br/nera/artigodomes/9artigodomes_2011.pdf
- Bombardi, L. M. *Geografia do Uso de Agrotóxicos no Brasil e Conexões com a União Europeia*. São Paulo: FFLCH - USP, 2017.
- Brito, T. *Competitividade e Sustentabilidade no Agro-negócio: o caso do óleo de palma*. Brasília, Dissertação (Mestrado em Agronegócios) - UnB, 2006.
- Chaves, G. P.; Magalhães, S. B. O uso de agrotóxico na dendeicultura por colonos da comunidade Nova Paz, município de Tailândia, Pará. *Amazônia: Ciência & Desenvolvimento*, 10(19), 43-56, 2014.
- Chaves, G. *Camponeses, agrotóxicos e agroindústria de dendê no Estado do Pará: um estudo a partir de São Vicente*. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - UFPA, 2016.
- Cruz, R. H.; Farias, A. L. Impactos socioambientais de produção de palma de dendê na Amazônia Paraense: uso de agrotóxicos. *Revista GeoAmazônia*, 5(10) 86–109, 2017. Disponível em: <http://www.geoamazonia.net/index.php/revista/article/view/153>.
- Damiani, S. *Impactos socioambientais do cultivo de dendê na terra indígena Turé-Mariquita no nordeste do Pará*. Brasília, Dissertação (Mestrado em desenvolvimento sustentável) – UnB, 2017.
- Douglas, M.; Wildavsky, A. *Risco e cultura: um ensaio sobre a seleção de riscos tecnológicos e ambientais*. Rio de Janeiro: Elsevier; Campus, 2012.
- Douglas, M. *Pureza e Perigo: Ensaio sobre as noções de Poluição e Tabu*. Lisboa: Edições 70, 2014.
- Fonseca, M. das G. U.; Peres, F. ; Firmo, J. O. A. ; Uchoa, E. Percepção de risco: maneiras de pensar e agir no manejo dos agrotóxicos. *Ciência & Saúde coletiva*, 12(1), 39-50, 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-81232007000100009&script=sci_abstract&tlng=pt
- Gomide, M. Agrotóxico: que nome dar? *Ciência & Saúde Coletiva*, 10(4), 1047-1054, 2005. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81232005000400027
- Guivant, J. Percepção dos olericultores da grande Florianópolis (SC) sobre os riscos decorrentes do uso de agrotóxicos. *Revista brasileira de saúde ocupacional*, 22(82), 47-57, 1994. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_nlinks&ref=000067&pi

d=S0303-7657201200010000700019&lng=pt

Instituto Evandro Chagas. *Instituto Evandro Chagas detecta contaminação por agrotóxicos na Região de Expansão do Dendê*. Disponível em: <<http://mp-pa.jusbrasil.com.br/noticias/140231123/belem-instituto-evandro-chagas-detecta-contaminacao-por-agrotoxicos-na-regiao-de-expansao-do-dende>>. Acesso em: 15 jun. 2014.

Leal, A. *Avaliação do saneamento ambiental em comunidades rurais do município de Moju, PA*. Belém, Monografia (Graduação em Engenharia Ambiental e Sanitária)- Universidade Federal do Pará, 2013.

Lima, L. M.; Souza, E. L; Figueiredo, R. O. Análise do risco de contaminação das águas subterrâneas por agrotóxicos na microbacia hidrográfica do Igarapé Cumaru - município de Igarapé-Açu (PA). In: *XIII Congresso Brasileiro de Águas Subterrâneas*, 2004, Cuiabá.

Londres, F. *Agrotóxicos no Brasil: um guia para ação em defesa da vida*. Rio de Janeiro: Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa, 2011.

Mello, G. J.; Campos, A. G. de; Senra, R. E. F.; Carbo, L.; Mueller, E. R.; Mello, I. C. de. A educação do campo na Amazônia Legal, caminhos que se cruzam entre agrotóxicos, agroecologia e ensino de ciências. *Experiências em Ensino de Ciências*, 10(2), 89-101, 2015. Disponível em: https://if.ufmt.br/eenci/artigos/Artigo_ID278/v10_n2_a2015.pdf.

Menasche, R. *Os grãos da discórdia e o risco à mesa: um estudo antropológico das representações sociais sobre cultivos e alimentos transgênicos no Rio Grande do Sul*. Porto Alegre, Tese (Doutorado em Antropologia Social) - UFRGS, 2003.

Nahum, J. S. et al. (Org.). *Dendeicultura e dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia paraense*. Belém: Editora Açaí, 2014.

Nahum, J. S.; Santos, C. B. Impactos socioambientais da dendeicultura em comunidades tradicionais na Amazônia paraense. *Acta Geográfica*, 63-80, 2013. Disponível em: <https://revista.ufrf.br/actageo/article/view/1953>

Paulilo, M. I. S. *Produtor e agroindústria: consensos e dissensos: o caso de Santa Catarina*. Florianópolis: Ed. UFSC, 1990.

Pereira, P. C. A.; Gualtieri, S.; Araujo, K. F. de; Schons, S. V. Uso de agrotóxicos em áreas antropizadas da Amazônia Ocidental pela agricultura familiar. *Revista Ibero-Americana de Ciências Ambientais*, 9(8), 39-45, 2018. doi: 10.6008/CBPC2179-6858.2018.008.0004

Repórter Brasil. *Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará*. Disponível em: <<http://reporterbrasil.org.br/documentos/Dende2013.pdf>>. Acesso em: 20 out. 2013.

Ribeiro, L. B. *O trabalho sob influência da dendeicultura em vilas rurais paraenses*. 2016. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - Universidade Federal do Pará, 2016.

Rigotto, R. “Há um uso sem controle de agrotóxico”. *Caros amigos* [30.11.2011] São Paulo. Entrevista concedida a Caros amigos. Disponível em: <http://cebes.org.br/2012/01/ha-um-uso-sem-controle-de-agrotoxico-entrevista-raquel-rigotto/>. Acesso em: 04 jun. 2016.

Sampaio, I. C. *A agricultura familiar e a agroindústria do dendê no município de Tomé-Açu (PA): efeitos da agricultura por contrato na produção e no trabalho familiar*. Belém, Dissertação (Mestrado em Sociologia e Antropologia) - UFPA, 2014.

Silva, E. M. *Expansão da dendeicultura e transformações nos sistemas de produção familiares na Amazônia Oriental*. Belém, Dissertação (Mestrado em Agriculturas Amazônicas) - UFPA, 2016.

Silva, E. P. *Agroestratégias e monocultivos de dendê: a transferência silenciosa das terras da reforma agrária para o grande capital na Amazônia paraense*. Belém, Dissertação (Mestrado em Gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia) - UFPA, 2015.

Silva, T. C. Corpos em perigo uma análise sobre percepção de risco em caso de desastre radiológico. In: *Anais do XXII Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, v. 1, 1998. Disponível em: <https://www.anpocs.com/index.php/encontros/papers/22-encontro-anual-da-anpocs/gt-20/gt11-5/5128-tel-masilva-corpos/file>. Acesso em: 04/12/2020.

Teixeira, R. O. S. “A gente tem que falar aquilo que a gente quer provar”: a geopolítica do riso e a produção do

sofrimento social na luta dos moradores do Bairro Camargos em Belo Horizonte – MG. Belo Horizonte, Tese (Doutorado em Sociologia) - UFMG, 2014.

Teixeira, A. C. *et. al.* Tecendo aproximações entre o trabalho e a pluralidade da exposição dos trabalhadores a agrotóxicos e fertilizantes no Baixo Jaguaribe-CE. In: Rigotto, R. (Org.). *Agrotóxicos, trabalho e saúde: vulnerabilidade e resistência no contexto da modernidade agrícola no Baixo Jaguaribe/CE*. Fortaleza: Edições UFC, p. 319-360, 2011.

Tourneux, H. L'interprétation paysanne des pictogrammes phytosanitaires. *Agriculture et développement*, 1, 39-42, 1994.

Vieira, A. C. *A “integração” camponesa ao monocultivo de dendê: subordinação e transformação do campesinato amazônico*. Belém, Dissertação (Mestrado em Agricultras Amazônicas) - UFPA, 2015.

Weihs, M. L. Do boi à soja: agrotóxicos e riscos à saúde na Amazônia mato-grossense. *Novos Cadernos NAEA*, 23(2), 135-159, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufpa.br/index.php/ncn/article/view/6736>